

ARTIGO

<https://doi.org/10.1590/19805314XXXXXX> [não alterar]

ESCREVIVÊNCIA INSURGENTE: A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Tamires Regina Silva da Silva^I [<https://orcid.org/0009-0007-3940-1513>]

Marcele Homrich Ravasio^{II} [<https://orcid.org/0000-0003-0162-1426>]

Tainah Mota^{III} [<https://orcid.org/0000-0002-8327-3930>]

^I Instituto Federal Farroupilha 1 (IFFAR), Jaguarí (RS), Brasil; tamires.2023100243@aluno.iffar.edu.br

^{II} Instituto Federal Farroupilha 2 (IFFAR), Santo Ângelo (RS), Brasil; marcele.ravasio@iffarroupilha.edu.br

^{III} Universidade Federal do Rio Grande do Sul 3 (UFRGS), Porto Alegre (RS), Brasil;
tainahmottanascimento@gmail.com

Resumo

O artigo *Escrevivência Insurgente: A (In)visibilidade da Mulher Negra na Educação Profissional e Tecnológica* investiga como a invisibilização das mulheres negras se manifesta nos espaços acadêmicos da Educação Profissional e Tecnológica, compreendendo-a como fenômeno estrutural que atravessa o acesso, a permanência e o reconhecimento dessas sujeitas. Fundamenta-se no Feminismo Negro, na interseccionalidade e nos estudos sobre racismo estrutural e institucional. Metodologicamente, adota a *Escrevivência Insurgente* das Mulheres Negras, inspirada em Conceição Evaristo, articulada à pesquisa autobiográfica crítica e engajada. Os resultados revelam barreiras institucionais e práticas de racismo que sustentam a invisibilização, mas também estratégias de resistência e reexistência que afirmam epistemologias plurais e contestam o epistemicídio na Educação Profissional e Tecnológica.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL • MULHER NEGRA • RELAÇÕES RACIAIS •

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY.

Introdução

A educação, concebida historicamente como espaço de emancipação, carrega em sua estrutura marcas profundas das desigualdades sociais, raciais e de gênero que atravessam a sociedade brasileira. No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tais desigualdades tornam-se particularmente evidentes quando se observa a presença – ou a ausência – de mulheres negras em espaços acadêmicos, seja no acesso, na permanência ou no reconhecimento de seus saberes. Esse quadro revela que, embora a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tenha se consolidado como política pública voltada à democratização da educação, ainda reproduz lógicas que silenciam e marginalizam sujeitos negros, especialmente as mulheres.

Em termos institucionais, embora poucos estudos abordem especificamente os servidores vinculados à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), os dados do funcionalismo público federal evidenciam a amplitude da sub-representação racial e de gênero nos espaços de poder e tomada de decisão. De acordo com levantamento do Painel Estatístico de Pessoal (PEP), dos 573.485 servidores públicos federais, aproximadamente 45,65% ($\approx$ 261.800) são mulheres, mas apenas 17,66% desse total ($\approx$ 101.257) se autodeclaram negras. Entre essas mulheres negras, cerca de 2,5% ($\approx$ 14.000) ocupam cargos estratégicos de chefia, direção ou assessoramento, índice que, embora represente um leve avanço em relação aos 2,3% registrados em 2022, permanece extremamente reduzido diante do total de cargos decisórios (Brasil, 2025).

Adicionalmente, nos últimos anos observou-se que, apesar de negros corresponderem a aproximadamente 32,89 % do funcionalismo federal, sua presença nas posições de liderança ainda é tímida: mulheres negras, por exemplo, passaram de praticamente nenhuma presença para cerca de 11 % nos cargos de topo entre 1999 e 2023, enquanto homens negros alcançaram cerca de 15,2 % (CONDSEF, 2023).

Esses dados revelam que, mesmo quando há avanços quantitativos modestos, a estrutura institucional ainda reforça a marginalização das mulheres negras, restringindo seu acesso aos espaços de poder e implicando silenciamentos e invisibilizações que podem se reproduzir em contextos específicos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Esses indicadores estatísticos evidenciam que a baixa presença de mulheres negras em cargos de visibilidade e decisão no serviço público federal não é fruto de acaso ou de escolhas individuais, mas de processos históricos e estruturais que conformam relações de poder e exclusão. A realidade observada nos espaços acadêmicos da EPT, portanto, deve ser lida à luz

dessas desigualdades institucionais mais amplas, que se reproduzem na forma de barreiras de acesso, permanência e reconhecimento.

As discussões contemporâneas em torno do feminismo negro (Collins, 2019; Ribeiro, 2017; Carneiro, 2003), da interseccionalidade (Crenshaw, 2002) e dos estudos sobre racismo estrutural e institucional (Almeida, 2019) oferecem ferramentas analíticas potentes para compreender tais dinâmicas. Esses referenciais permitem evidenciar que a combinação entre racismo e sexismo não se restringe ao plano das relações interpessoais, mas se manifesta na própria estrutura das instituições acadêmicas, produzindo invisibilidade, silenciamento e apagamento dos saberes e experiências das mulheres negras. Nesse sentido, compreender a presença e, sobretudo, a ausência dessas mulheres nos espaços da Educação Profissional e Tecnológica implica reconhecer os mecanismos de exclusão que sustentam o epistemicídio (Carneiro, 2005), bem como valorizar as formas de resistência e de produção de conhecimentos insurgentes que emergem desses contextos.

Partindo de um espaço acadêmico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como campo empírico, este artigo tem por objetivo investigar as formas de (in)visibilidade das mulheres negras nesses contextos, considerando tanto as barreiras que marcam sua presença quanto os processos de silenciamento que atravessam suas trajetórias. Metodologicamente, a pesquisa ancora-se na *Escrivência Insurgente das Mulheres Negras*, inspirada em Conceição Evaristo (2005), e encontra ressonância na pesquisa autobiográfica crítica (Souza, 2006) e na pesquisa engajada (hooks, 2019), compreendendo o lugar de fala da pesquisadora como dado constitutivo do processo investigativo. Essa opção metodológica não apenas legitima a experiência enquanto fonte de conhecimento, mas também tensiona os limites da produção acadêmica tradicional, ao valorizar narrativas que emergem de corpos historicamente marginalizados.

A relevância deste estudo reside, portanto, na necessidade de compreender como o racismo estrutural se manifesta nos espaços da EPT, especialmente em sua dimensão de gênero e raça, e, ao mesmo tempo, de visibilizar as estratégias de resistência e de produção de saberes insurgentes protagonizadas por mulheres negras. Ao problematizar as barreiras institucionais e apontar caminhos de enfrentamento, a pesquisa contribui para ampliar o debate sobre democratização da educação, reconhecimento de epistemologias plurais e consolidação de práticas antirracistas na Educação Profissional e Tecnológica.

“O campo não era fora de mim”: Escrivência Insurgente

A metodologia adotada neste estudo ancora-se na pesquisa autobiográfica crítica, compreendida como um movimento de entrelaçamento entre experiência pessoal, memória e análise social (Josso, 2004). Essa escolha metodológica sustenta-se em um compromisso ético-político de narrar a partir de dentro, reconhecendo que a trajetória da pesquisadora, enquanto servidora da instituição e testemunha direta dos processos analisados, constitui dado inseparável da investigação. Nesse sentido, diante das barreiras invisíveis e institucionais que inviabilizaram a realização de entrevistas, a pesquisa não se limitou a observar, mas buscou habitar o território investigado, desvelando estruturas de poder que se pretendem opacas.

Inspirada na concepção de *escrevivência* formulada por Conceição Evaristo (2017), no conceito de *experivivência* proposto por Elinaldo Braga (2023), bem como na tradição intelectual e militante das mulheres negras brasileiras e da diáspora, a abordagem aqui adotada assume a escrita como prática insurgente de produção de conhecimento. Dialoga, ainda, com a pesquisa engajada (hooks¹, 1994), afirmando que o lugar de fala e de vivência da pesquisadora não é incidental, mas constitutivo do próprio objeto investigado. A *escrevivência*, nesse contexto, não se reduz a relato subjetivo, mas se configura como epistemologia que tensiona a linearidade acadêmica, revelando os atravessamentos entre vida, instituição e estruturas sociais de dominação.

A *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* se configura como método que não apenas descreve trajetórias individuais, mas que denuncia e desestabiliza narrativas hegemônicas que historicamente silenciaram as vozes negras. Como lembra Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio opera justamente pelo apagamento de experiências e saberes produzidos por populações negras, especialmente por mulheres, o que reforça a necessidade de metodologias que tensionem essa lógica de exclusão. Ao reconhecer a memória como arquivo vivo e a experiência como dado legítimo, a *escrevivência insurgente* reposiciona a própria ideia de cientificidade, deslocando-a para incluir epistemologias plurais.

Dessa forma, ao transformar vivências em narrativas críticas, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* assume caráter contra-hegemônico, produzindo saberes que se afirmam em confronto direto com as estruturas de poder que tentam invisibilizá-los. Como afirma bell hooks (2019), escrever a partir da margem é também uma forma de resistir, pois torna público aquilo que a lógica dominante insiste em manter silenciado. Nesse sentido, narrar “o que prefeririam que não fosse visto” é mais que exercício de memória: é ato político,

¹ bell hooks, nascida Gloria Jean Watkins, desafiava as convenções linguísticas e acadêmicas ao assinar seu pseudônimo em letras minúsculas. Seu objetivo era deslocar o foco do nome próprio para o conteúdo de sua escrita, recusando-se a se fixar em uma identidade estática e afirmando-se em permanente movimento.

pedagógico e metodológico, que inscreve a vida como lugar legítimo de produção de conhecimento.

A metodologia da *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras*, construída ao longo do percurso investigativo, encontra respaldo em distintas tradições epistemológicas que ampliam o conceito de conhecimento científico para além da suposta neutralidade e universalidade, valorizando saberes situados, experiências vividas e a potência política da escrita. Fundamenta-se, em primeiro lugar, na *escrevivência* como conceito desenvolvido por Conceição Evaristo (2017), que expressa a experiência da mulher negra em sua dimensão existencial, histórica e política. Partindo do princípio de que a escrita dessas mulheres é um ato de resistência e de preservação da memória diante das violências do racismo e do sexismo, a *escrevivência* traz a potência da narrativa para transformar dor e opressão em força criativa e insurgente.

No contexto desta pesquisa, tal perspectiva metodológica assumiu papel ainda mais central diante da negativa das mulheres negras da instituição em participar de entrevistas, motivada pelo receio das possíveis repercussões institucionais. Esse silêncio imposto pelo medo não se configurou apenas como limitação empírica, mas como dado analítico que evidencia as barreiras e violências simbólicas que atravessam a experiência dessas mulheres nos espaços da Educação Profissional e Tecnológica. Desse modo, a *escrevivência* da própria pesquisadora, mulher negra, servidora da instituição e testemunha dos acontecimentos, tornou-se fonte constitutiva do estudo, articulando memória, vivência e análise crítica como caminhos legítimos de produção de conhecimento.

Ao valorizar a voz e a história de quem tem sido sistematicamente silenciada, essa abordagem metodológica transforma a escrita em espaço de denúncia, luta e reexistência. Assim, compreendemos que a *Escrevivência Insurgente* ultrapassa os limites da escrita acadêmica tradicional ao incorporar uma perspectiva situada e interseccional, afirmando que o lugar de fala e de vivência da pesquisadora não é apenas ponto de enunciação, mas também lente e ferramenta de análise das estruturas de opressão racial e de gênero que se materializam no âmbito institucional da EPT.

Nesse sentido, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* dialoga com essa tradição intelectual que, desde Gonzalez até Collins, afirma que experiência e conhecimento não podem ser dissociados. Ao transformar a vivência em dado analítico e a memória em fonte legítima, essa metodologia confronta o caráter excludente da ciência ocidental, que historicamente marginalizou os saberes produzidos por mulheres negras (Carneiro, 2005). Ao contrário de uma perspectiva que considera a subjetividade como ruído, a *escrevivência*

insurgente reivindica a experiência como central para desvelar as formas sutis e explícitas pelas quais o racismo e o sexismo se reproduzem no espaço acadêmico.

Com isso, o método não se limita a narrar trajetórias individuais, mas atua como prática coletiva de resistência e reexistência. Como aponta bell hooks (2019), escrever a partir da margem significa romper silêncios e tornar público aquilo que os sistemas de opressão buscam invisibilizar. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, esse gesto se torna ainda mais urgente, pois evidencia como as estruturas institucionais limitam o acesso, a permanência e o reconhecimento das mulheres negras, ao mesmo tempo em que reafirma suas estratégias de sobrevivência, luta e produção de saberes.

Nesse horizonte, a pesquisa autobiográfica crítica se articula à *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* ao compreender que memória, experiência e subjetividade não apenas atravessam a investigação, mas a constituem em sua inteireza. Ao assumir-se como sujeito implicado, a pesquisadora rompe com a neutralidade pretensamente científica e reconhece que seu corpo, sua trajetória e seu lugar de fala são também instrumentos de análise. Essa postura permite desvelar contradições institucionais que dificilmente emergiriam em metodologias distanciadas, pois o olhar situado revela dimensões ocultas pela perspectiva hegemônica.

Por essa via, a metodologia torna-se também um ato político, uma vez que reconhece a potência epistêmica das mulheres negras como produtoras de conhecimento e não apenas como objetos de estudo. Como lembra bell hooks (1994), o engajamento da pesquisadora não compromete a validade científica, mas, ao contrário, amplia sua capacidade de interrogar criticamente os sistemas de dominação. Assim, ao entrelaçar *escrevivência*, autobiografia crítica e pesquisa engajada, esta investigação afirma que produzir conhecimento sobre as mulheres negras na EPT significa também disputar narrativas, romper silenciamentos e reivindicar práticas de reparação histórica.

Nesse sentido, ao articular a *escrevivência insurgente*, a pesquisa autobiográfica crítica e a pesquisa engajada, esta investigação assume que não há neutralidade possível diante das desigualdades estruturais que atravessam a Educação Profissional e Tecnológica. A metodologia aqui adotada se coloca como prática insurgente, pois transforma o corpo e a memória da pesquisadora em lentes analíticas que denunciam as violências simbólicas e institucionais, ao mesmo tempo em que afirmam as estratégias de resistência das mulheres negras nesses espaços.

Assim, a produção de conhecimento não se limita a interpretar a realidade, mas busca intervir nela, ao tornar visíveis as contradições e ao reivindicar outras epistemologias possíveis.

Esse gesto metodológico reafirma que a escrita acadêmica pode — e deve — ser espaço de luta e de reconstrução histórica, especialmente quando se trata de narrar experiências sistematicamente silenciadas. Nessa direção, compreender a invisibilidade das mulheres negras na EPT exige também valorizar suas formas de reexistência, de modo que a própria pesquisa se converta em instrumento de denúncia, reconhecimento e transformação.

Dessa forma, o lugar de fala, compreendido como ponto de enunciação atravessado por raça, gênero e classe, não apenas legitimou a voz da pesquisadora, mas também orientou o modo como os dados foram interpretados. A vivência se converteu em lente metodológica, capaz de revelar aspectos invisibilizados pelas perspectivas tradicionais e de expor contradições estruturais que afetam a presença das mulheres negras na Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, o método não se restringe à descrição da realidade, mas a desestabiliza, apontando fissuras e denunciando silenciamentos.

Ao assumir essa perspectiva, a pesquisa reafirma que produzir conhecimento sobre mulheres negras em espaços acadêmicos da EPT não pode prescindir da escuta de suas experiências nem da valorização de suas memórias. Mais do que uma escolha individual, trata-se de uma decisão ética e política que confronta o epistemicídio (Carneiro, 2005) e reivindica a legitimidade das narrativas insurgentes como forma de construir epistemologias plurais. Assim, o lugar de fala não é apenas um recurso metodológico, mas um princípio que sustenta a própria possibilidade de uma ciência comprometida com a transformação social e com a reparação histórica.

Dessa forma, a metodologia desta pesquisa se consolidou como um campo de intersecção entre *escrevivência insurgente*, pesquisa autobiográfica crítica, pesquisa engajada, lugar de fala e estudos sobre racismo institucional. Ao assumir a experiência da pesquisadora como dado empírico e político, valorizando a memória como fonte legítima e reconhecendo as estruturas de poder que sustentam desigualdades, a investigação não apenas produziu conhecimento, mas também tensionou os limites da ciência tradicional. Nesse movimento, narrar e analisar tornaram-se atos indissociáveis de denúncia, resistência e reexistência.

Assim, compreendemos que a metodologia aqui construída não é apenas um caminho investigativo, mas uma escolha ética e política que reafirma a centralidade das mulheres negras na produção de saberes. Ao problematizar as estruturas de silenciamento presentes na Educação Profissional e Tecnológica e evidenciar estratégias de resistência, este estudo se insere no horizonte de uma ciência comprometida com a transformação social e com a reparação histórica, reforçando que pesquisar, nesse contexto, é também lutar.

O não-dito que revela

Enquanto mulher negra², pesquisei sendo também pesquisada. O campo não se situava fora de mim; o campo habitava em mim, atravessava minha pele, minha memória e minha trajetória. Cada passo da investigação foi marcado por caminhos difíceis, trilhados com a coragem que só a ancestralidade é capaz de nos oferecer. A pesquisa tornou-se, assim, mais que um exercício acadêmico: foi também um processo de cura, de reconciliação com as feridas abertas pelo racismo institucional e pelas violências cotidianas.

Quando a ciência parecia fechar suas portas com exigências de neutralidade e objetividade desumanizadoras, a ancestralidade abriu portais e me permitiu acessar lugares de saber e de potência que ultrapassam a racionalidade hegemônica. Nesse gesto, encontrei muito mais do que buscava inicialmente: encontrei vozes silenciadas que ecoam em mim, memórias coletivas que se inscrevem no meu corpo e a força insurgente da escrita como território de resistência.

Começamos como tantas outras mulheres negras começam: na resistência. A busca por sujeitas para a pesquisa foi marcada por um ir e vir incessante. Um mês tínhamos uma, no seguinte já não havia mais ninguém. A rotatividade de servidoras negras nos colégios técnicos pesquisados não era acaso, era sintoma. Um sintoma do cansaço, da sobrecarga, das violências sutis e explícitas que atravessam seus corpos diariamente. Mas não desisti. Eu sabia: havia algo ali que precisava ser dito, mesmo que não autorizassem a escuta.

O silêncio que encontrei não era vazio, mas cheio de sentidos. Era o silêncio do medo de retaliações institucionais, da insegurança em nomear as violências sofridas, do receio de que qualquer palavra pudesse ser transformada em motivo de perseguição. Esse silêncio, no entanto, também denunciava. Denunciava o quanto ainda é arriscado ser mulher negra em espaços acadêmicos da EPT, onde as regras não escritas operam para manter invisíveis as dores e as lutas que marcam essas trajetórias.

Diante disso, compreendi que minha própria voz precisaria ocupar o espaço das ausências. Se não havia autorização para ouvir, havia, sim, a urgência de narrar. Narrar a partir do meu corpo, da minha memória e da minha vivência enquanto mulher negra e servidora. Foi assim que a pesquisa se reconfigurou: deixou de ser apenas busca por depoimentos e tornou-se um gesto de *escrevivência insurgente*, em que a vida da pesquisadora se tornou também o corpus da investigação.

² Este artigo é redigido, em parte, na primeira pessoa, em razão de sua natureza narrativa e reflexiva. Contudo, trata-se de um texto construído em diálogo com a orientação e coautoria, o que torna impossível a padronização do uso da pessoa do discurso ao longo do texto.

O trâmite junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) revelou-se um dos principais entraves no desenvolvimento desta investigação. Após a qualificação do projeto em agosto de 2024 e a busca por autorizações institucionais, a submissão ao CEP foi marcada por sucessivas negativas que extrapolaram o campo técnico, configurando um verdadeiro processo de interdição. Inicialmente, a recusa se deu em razão da assinatura do termo de responsabilidade: o diretor havia assinado à mão e a pesquisadora digitalmente. Essa formalidade, apresentada como impeditivo, exemplifica como a burocracia pode ser mobilizada como barreira para pesquisas que tensionam a instituição.

Nos meses seguintes, novos pareceres de indeferimento foram emitidos, cada um apontando problemas diferentes, que não haviam sido indicados nas análises anteriores. A ausência do número de telefone do próprio CEP no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a falta de numeração nas páginas ou a necessidade de explicitar que o termo havia sido elaborado em duas vias foram algumas das justificativas apresentadas. Tais exigências, de caráter secundário e muitas vezes contraditório, produziram um ciclo de indefinições que inviabilizou a tramitação regular da pesquisa.

Esses impasses evidenciam que o CEP, ao invés de atuar como instância de garantia ética, funcionou como dispositivo de silenciamento, postergando a aprovação do projeto por questões formais que se renovavam a cada submissão. Assim, a experiência metodológica revelou que o racismo institucional também se expressa na burocracia acadêmica, convertendo exigências procedimentais em mecanismos de exclusão.

Enfrentei entraves institucionais camuflados de burocracia. Solicitei autorização institucional à pró-reitoria de gestão de pessoas, requisito para submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Cinco semanas sem resposta. Quando veio, foi para dizer que a solicitação deveria partir da orientadora. A orientadora então enviou o ofício, junto à carta de autorização já assinada por um dos diretores de um dos colégios técnicos da instituição. E então, o silêncio. Dez meses sem resposta. O outro colégio sequer respondeu ao meu pedido de autorização.

Não era descuido. Não era acaso. Era estratégia. A burocracia institucional se tornou arma de silenciamento, adiando indefinidamente o processo até torná-lo inviável. O que parecia apenas formalidade era, na prática, um bloqueio. Ao me negar a autorização, negavam também a possibilidade de que as dores, vozes e resistências das mulheres negras se tornassem públicas.

O CEP, que deveria zelar pela ética, transformou-se em mais uma barreira. Enquanto em outros estudos as autorizações tramitam com rapidez, no meu caso o tempo foi usado como mecanismo de exclusão. Dez meses não são só um prazo administrativo, são quase um ano de apagamento. Nesse intervalo, histórias deixaram de ser contadas, vidas permaneceram

silenciadas e o racismo institucional mostrou sua face mais fria: a do adiamento, da recusa velada, da institucionalização do silêncio.

Mas como servidora da mesma instituição, solicitei acesso às denúncias da ouvidoria. Lá, vi o que prefeririam que não fosse visto: 21 denúncias envolvendo mulheres negras. Prints, vídeos, áudios. Em 19 dos casos, as vítimas foram tratadas como agressoras, acusadas de assédio moral por aqueles que as violentaram com injúrias raciais e práticas de racismo institucional. Quando solicitei permissão para usar esses dados na dissertação, recebi um sorriso sarcástico e uma sentença carregada de ameaça: *"Melhor pra ti é não mexer com isso, guriazinha."*

Sim, sou uma mulher negra mexendo num vespeiro. Não me autorizaram a publicar os dados, mas ninguém pode me impedir de contar a história por dentro: a minha história. Vieram, então, as negativas do Comitê de Ética. Uma, duas, três, quatro vezes, e contando. Teve indeferimento porque o diretor assinou à caneta e eu assinei digitalmente. Outro parecer reprovava o que, no mês anterior, fora aprovado. As regras mudavam conforme o incômodo que minha pesquisa causava.

Cada indeferimento era mais do que um carimbo burocrático: era a confirmação de que a instituição se recusava a se olhar no espelho. As barreiras formais escondiam um propósito claro: interditaram a denúncia e perpetuaram o silêncio. A ética que diz proteger os sujeitos tornou-se a ética que protege a instituição, blindando-a das vozes que ousam questionar.

Foi nesse cenário que compreendi que o próprio percurso metodológico revelava o objeto de pesquisa: o racismo institucional não estava apenas nos dados que me negaram, mas no próprio processo que tentava calar minha investigação. A recusa da ouvidoria, o sarcasmo das respostas, as negativas repetidas do CEP, tudo isso deixou de ser obstáculo para se tornar parte da narrativa. O que me foi interditado como documento oficial, transformei em *escrivência insurgente*. O que tentaram silenciar como dado, ressignifiquei como denúncia viva.

Pensei em desistir. E me perguntei: quem sou eu para continuar? Mas então, lembrei: quem sou eu para desonrar as que vieram antes de mim? As que não tiveram a chance de escrever, as que morreram sem diploma, mas não sem luta. As que me fizeram chegar até aqui.

Foi nesse momento que compreendi que esta pesquisa não era apenas minha. Era continuidade de uma corrente que me antecede, feita de mãos calejadas, de saberes interditados e de vozes que insistiram em existir mesmo quando o mundo insistia em calá-las. Cada página escrita era também um gesto de reparação, um fio de memória que se entrelaçava à história coletiva das mulheres negras que abriram caminhos para que eu estivesse neste lugar.

A coragem que encontrei não nasceu do individual. Veio da ancestralidade, que me recorda que escrever é um ato de sobrevivência e de compromisso. Era como se cada negativa recebida, cada porta fechada, fosse uma prova de que eu estava tocando no nervo vivo do racismo institucional. E se a instituição tentava me silenciar, cabia a mim fazer da escrita um espaço de denúncia e reexistência.

As entrevistas, por fim, foram marcadas e desmarcadas. Uma das participantes desistiu porque entrou em férias, outra porque a retomada das atividades não lhe deixou tempo. Nenhum desses eventos foi acaso. São os atravessamentos cotidianos que pesam sobre as mulheres negras: agendas extenuantes que sobrecarregam seus corpos, a solidão institucional que as isola nos espaços de trabalho e o medo constante de retaliações quando ousam nomear as violências sofridas.

O que poderia ser lido como desistência individual, revelou-se como expressão das condições estruturais que impedem que essas vozes sejam plenamente ouvidas. O não-dito, o silêncio, a ausência nas entrevistas não significam falta de experiência ou de denúncia, mas evidenciam o quanto as mulheres negras seguem vivendo sob a pressão de dinâmicas institucionais que lhes negam tempo, segurança e reconhecimento. Assim, cada entrevista desmarcada tornou-se também um dado da pesquisa, um sinal do peso do racismo institucional e de como ele opera, inclusive, na inviabilização da produção de conhecimento sobre si mesmas.

As desistências não significaram ausência de histórias, mas a confirmação de que a escuta, nesses espaços, é constantemente interdita. O medo, a sobrecarga e a solidão institucional não calaram apenas aquelas que aceitaram participar, mas ecoaram em mim como lembrete de que o silêncio também é dado. Foi nesse vazio que a *escrevivência* se impôs não apenas como escolha, mas como necessidade.

Se as entrevistas não puderam ser realizadas, não foi por falta de vozes, mas pela força de estruturas que as impedem de falar. Nesse cenário, a minha própria voz tornou-se corpus da pesquisa. O método precisou se reinventar: quando não autorizaram que eu registrasse as falas das outras, compreendi que a minha fala, atravessada por essas mesmas dinâmicas de opressão, também era dado legítimo e indispensável.

Assim, as desistências não fragilizaram a investigação, mas a fortaleceram, pois revelaram que a *escrevivência* da pesquisadora era o caminho possível e necessário para romper com o silêncio imposto. Narrar a partir de mim não foi apenas recurso metodológico, mas gesto político: afirmar que mesmo diante das interdições, a pesquisa não seria silenciada.

Todo esse percurso não pode ser lido como falha metodológica. Ele é a metodologia. A ausência, o silêncio, o impedimento, o cansaço, a violência sutil e a explícita: tudo isso constitui o próprio dado, revelando o que significa pesquisar a partir da margem. Pesquisar a partir de mim.

O que a ciência hegemônica poderia chamar de lacuna, interpreto como denúncia. Cada negativa recebida, cada entrevista desmarcada, cada parecer contraditório do Comitê de Ética não são meros desvios do método, mas expressões concretas do racismo institucional e das dinâmicas que tentam inviabilizar a produção de conhecimento pelas mulheres negras. Nessa perspectiva, a metodologia não é apenas caminho para chegar a resultados: é, em si mesma, um território de disputa, de resistência e de visibilização.

Essa escrita é uma oralidade grafada em resistência. É uma *escrevivência insurgente* que se recusa ao silenciamento acadêmico e que transforma a dor em palavra, a memória em denúncia e a experiência em conhecimento. Como lembra Conceição Evaristo (2017), “*nossas escrevivências não são meras histórias pessoais. São vozes coletivas atravessando o papel*”. Ao inscrever no texto a minha trajetória, inscrevo também a presença de tantas outras mulheres negras que tiveram suas falas interrompidas, seus corpos violentados e suas histórias apagadas.

Escrever, nesse contexto, é continuar o fio da memória que me antecede. É afirmar que o lugar da mulher negra não é apenas o da resistência silenciosa, mas também o da produção legítima de saberes. Cada linha, cada parágrafo, carrega o peso da ancestralidade e a potência de uma coletividade que insiste em existir, mesmo diante de portas fechadas e de instituições que prefeririam nosso silêncio.

Este é o meu corpo em marcha. É minha metodologia que sangra, mas não se dobra. É o registro de uma pesquisa feita com o corpo inteiro: intelecto, emoção, fé, raiva, ancestralidade, pois corpo, aqui, é tudo de que somos feitas, incluindo medos e saudades, desejos e equívocos. Uma pesquisa que nasce de um lugar político, ético e espiritual, e que afirma com todas as letras: nós, mulheres negras, não somos exceção. Somos revolução.

E se tentaram interditar nossas vozes, fiz da escrita um território de liberdade. Se quiseram reduzir nossas histórias a estatísticas, fiz da memória um arquivo vivo. Esta dissertação não é apenas resultado acadêmico: é ato de denúncia, de reexistência e de reparação. É o testemunho de que nossas *escrevivências* não cabem nos moldes do silêncio e que, mesmo quando nos negam a escuta, continuaremos a falar, a escrever, a existir. Porque cada palavra aqui escrita é também um chamado: *não estamos sós, e não vamos recuar*.

Considerações Finais

Assim, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* constitui uma metodologia inovadora e rigorosa, que amplia o conceito de evidência científica ao integrar memória, denúncia e análise crítica a partir de uma perspectiva interseccional e politizada. Essa abordagem incorpora três dimensões interligadas:

1. *Autonarrativa situada* – A experiência da pesquisadora é incorporada como fonte e filtro de análise, reconhecendo que a posição de servidora não é neutra, mas atravessada por afetos, tensões e riscos. Isso inclui a vivência de intimidações diretas, como a ameaça recebida ao solicitar uso dos dados: “*Melhor pra ti é não mexer com isso, guriazinha.*” Aqui, a escrita se torna espaço de enfrentamento, e a subjetividade, dado legítimo.

2. *Memória coletiva* – Cada registro produzido não fala apenas da trajetória individual, mas reinscreve a experiência das mulheres negras na EPT como parte de uma história mais ampla de exclusão e resistência. A *escrevivência*, nesse sentido, ecoa a ancestralidade, recuperando vozes silenciadas e inscrevendo-as no campo científico como saber legítimo.

3. *Denúncia política* – Ao narrar o que as estruturas institucionais prefeririam manter invisível, a pesquisa se converte em ato insurgente. Mais do que descrever barreiras, ela evidencia o funcionamento do racismo institucional e suas consequências sobre os corpos e trajetórias das mulheres negras, reivindicando o compromisso da ciência com a transformação social.

Essa metodologia nos permitiu tensionar a fronteira entre experiência e ciência, rompendo com a ilusão de imparcialidade que, muitas vezes, opera para invisibilizar as opressões. Ao mobilizar a própria trajetória como lente analítica, a pesquisa se constituiu como um instrumento de reparação narrativa, capaz de registrar o que prefeririam que não fosse visto e de questionar o pacto institucional de silêncio que sustenta o racismo e o sexismo nos espaços acadêmicos.

Ao reconhecer a experiência vivida como parte indissociável do processo investigativo, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* fortalece uma epistemologia que desafia os paradigmas tradicionais da produção científica. Trata-se de uma abordagem que inaugura uma epistemologia situada, na qual o corpo, a memória e a trajetória da pesquisadora não são elementos acessórios, mas constitutivos do próprio método. Isso adquire relevância ainda maior quando os corpos que pesquisam são os mesmos historicamente subjugados por mecanismos estruturais de exclusão e violência.

Dessa forma, a pesquisa ultrapassa a ideia de simples coleta de dados e se afirma como um ato político de resistência. Trata-se de um exercício de reexistência que reivindica voz, memória e presença como categorias centrais para compreender as dinâmicas institucionais analisadas. A metodologia, ao mesmo tempo em que denuncia práticas de silenciamento e violência, inscreve os saberes das mulheres negras como parte legítima da produção científica, desafiando as fronteiras tradicionais que delimitam quem pode falar, o que pode ser dito e quais vozes são reconhecidas como conhecimento.

Em síntese, a metodologia desta pesquisa configurou-se como um percurso insurgente, ancorado na *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* (Evaristo, 2017), na pesquisa autobiográfica crítica (Josso, 2004), na pesquisa engajada (hooks, 1994), no conceito de lugar de fala (Ribeiro, 2019) e nos estudos sobre racismo institucional (Almeida, 2018). Ao articular esses referenciais, a investigação legitimou a experiência da pesquisadora como dado constitutivo, problematizou estruturas de poder e denunciou processos de silenciamento que atravessam a Educação Profissional e Tecnológica. Mais do que uma escolha metodológica, tratou-se de uma decisão ética e política, que afirma a centralidade das mulheres negras na produção de saberes e reforça o compromisso da pesquisa com a reparação histórica e a transformação social.

Conclui-se, portanto, que a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* não é apenas um recurso metodológico, mas também uma escolha ética e política. Ela reposiciona o papel da pesquisadora, amplia as possibilidades da ciência e reafirma que o conhecimento produzido a partir da margem não é menor, mas profundamente transformador. Ao final do percurso, contar a própria história significa também afirmar uma memória coletiva que resiste ao epistemicídio e abre caminhos para epistemologias plurais e práticas antirracistas no interior da Educação Profissional e Tecnológica.

Referências

- Almeida, S. (2018). *Racismo estrutural*. Pólen.
- Braga, E. M. (2023). *Experivivência: Epistemologia, ontologia e método*. Editora Ogum's Toques Negros.
- Brasil. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. (2025, 16 de agosto). *Mais diversidade no serviço público: Iniciativas do MGI buscam ampliar presença de mulheres negras em espaços de decisão*. Agência Gov. <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/mais-diversidade-no-servico-publico-iniciativas-do-mgi-buscam-ampliar-presenca-de-mulheres-negras-em-espacos-de-decisao>

- Carneiro, S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo). Universidade de São Paulo.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (J. P. Dias, Trad.). Boitempo. (Obra original publicada em 1990)
- Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF). (2023, 20 de novembro). *Negros são 32,89% do funcionalismo federal, mas ocupam poucos postos de liderança*. Condsef. <https://www.condsef.org.br/noticias/negros-sao-32-89-funcionalismo-federal-mas-ocupam-poucos-postos-lideranca>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171–188.
- Evaristo, C. (2017). Escrivivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. In C. L. Duarte (Org.), *Literatura, crítica, feminismo* (pp. 17–30). UFMG.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In *Ciências Sociais Hoje* (pp. 223–244). ANPOCS.
- Hooks, b. (2019). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (M. B. Cipolla, Trad.). WMF Martins Fontes. (Obra original publicada em 1994)
- Josso, M.-C. (2004). *Experiências de vida e formação*. Educa.
- Ribeiro, D. (2019). *O que é lugar de fala?* Letramento; Justificando.

Nota sobre autoria

Tamires Regina Silva da Silva: conceitualização, investigação, coleta e sistematização dos dados, escrita – versão original (escrevivência) e elaboração do manuscrito.

Marcele Homrich Ravasio: orientação, análise formal, discussão dos resultados, escrita – revisão e edição.

Tainah Mota: coorientação, análise formal, discussão dos resultados, escrita – revisão e edição.